



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional

Sub-eixo: Fundamentos do Serviço Social

SERVIÇO SOCIAL E CICLOS DESENVOLVIMENTISTAS NO BRASIL: breves considerações sobre formação e mercado de trabalho profissional

MICHELE RIBEIRO DE OLIVEIRA ¹
RENATA LÍGIA RUFINO DE SOUZA NEVES ²
ROBERTA MENEZES SOUSA ²

RESUMO

O artigo reflete sobre as formas de intervenção que o Estado confere à “questão social”, em determinadas conjunturas, impactam decisivamente sobre o mercado de trabalho e o exercício profissional das(as) assistentes sociais. A literatura sobre o processo sócio-histórico e desenvolvimento da profissão no Brasil nos mostra que foi sob os ciclos de desenvolvimento brasileiros que o Serviço Social experimentou mudanças substantivas nos campos da formação e da prática e do mercado de trabalho profissional, além de conformar uma cultura profissional específica, a qual expressa um conjunto de conhecimentos teóricos, ideopolíticos, valores e princípios que referenciam a profissão.

Palavras-chave: Serviço Social. Estado. Políticas Sociais. Ciclos desenvolvimentistas. Desenvolvimentismo.

ABSTRACT

The article reflects on the forms of intervention that the State gives to the “social question”, in certain circumstances, decisively impacting

-
- 1 Professor com formação em Serviço Social. Instituto Federal De Educação, Ciência E Tecnologia Do Ceará
 - 2 Professor com formação em Serviço Social. Intituto Federal De EducaçãO, Ciência E Tecnologia Do Ceará
-

the labor market and the professional practice of social workers. The literature on the socio-historical process and development of the profession in Brazil shows us that it was under the Brazilian development cycles that Social Work experienced substantial changes in the fields of training and practice and the professional labor market, in addition to shaping a culture specific professional, which expresses a set of theoretical, ideopolitical knowledge, values and principles that reference the profession.

Keywords: Social Work. State. Social politics. Developmental cycles. developmentalism.

1. INTRODUÇÃO

Compreendemos que a profissionalização do Serviço Social tem sua base nas modalidades por meio das quais o Estado burguês, na fase do capitalismo monopolista enfrenta as expressões da “questão social”, tipificadas nas políticas sociais (NETTO, 2001). Dessa forma, sua gênese e o seu desenvolvimento histórico-social mantêm intensa e estreita relação com a refuncionalização do Estado.

A partir dessa reflexão, entendemos que a ascensão do Serviço Social como profissão de caráter eminentemente interventivo³ articula-se com a dinâmica econômica e política na fase do capitalismo monopolista, superando a análise que atrela sua emergência apenas à “questão social”, desconectando-o das formas de intervenção do Estado burguês na luta de classes. Desse modo, depreende-se, como alerta Guerra (2000, p. 17), que “[...] o Serviço Social é constituído, constituinte e constitutivo das relações sociais capitalistas, que são relações portadoras de interesses antagônicos, incompatíveis e inconciliáveis”.

O Estado, ao desenvolver e centralizar sua política socioassistencial com prestação de serviços sociais, cria bases para o mercado de trabalho do(a) assistente social, o(a) qual vende sua força de trabalho em troca de um salário, sendo requisitado(a) nos planos de formulação e implementação das políticas sociais, trabalhando diretamente com as expressões da “questão social”. É nessa direção que Guerra (2000) desenvolve a reflexão de que o Serviço Social se insere no processo e espaço da reprodução social, e as políticas

3 A produção do conhecimento representou um avanço significativo no Serviço Social, pois, além do seu caráter interventivo, vem se consolidando como área de produção teórica, intelectual. Mota (2013) desenvolve a importante reflexão ao tratar o Serviço Social brasileiro a partir de duas dimensões: como profissão (exercício profissional, com dimensão interventiva) e como área de conhecimento. Acrescenta a autora que, a partir da década de 1980, a profissão vem se destacando na produção do conhecimento crítico à ordem burguesa, com o desenvolvimento de pesquisa e pós-graduação, ampliando, assim, sua função intelectual, construindo uma massa crítica de conhecimentos e tributária de uma formação de cultura que se contrapõe à hegemonia dominante, contribuindo e adensando o debate da esquerda marxista no Brasil.

sociais se constituem como espaços sócio-ocupacionais para as(os) assistentes sociais, imprimindo contornos e configurações à intervenção profissional. Desse modo, concebe que as políticas sociais são, sobretudo, “[...] enquanto determinação, ordenamento, prescrição das formas de intervenção” (GUERRA, 2000, p. 20).

Assim, o aspecto relacional entre o Estado e a profissão, uma vez que o Serviço Social inscrito na divisão social e técnica do trabalho, relaciona-se com as peculiaridades de intervenção do Estado nas expressões da “questão social”, no âmbito da sociedade capitalista, via políticas sociais. Estas resultam de processos complexos e contraditórios entre Estado e sociedade, mediante conflitos e luta de classes, que envolve o processo de produção e reprodução capitalista.

As formas de intervenção que o Estado confere à “questão social”, em determinadas conjunturas, impactam decisivamente sobre o mercado de trabalho e o exercício profissional das(as) assistentes sociais. Apesar de receber o estatuto de profissão liberal, esta só se realiza através da relação de assalariamento e ocorre a partir da inserção dos profissionais em instituições públicas, privadas e não governamentais. Todavia, o Estado é o maior empregador da força de trabalho das(os) assistentes sociais.

Considerada essa particularidade, a literatura do Serviço Social que aborda o processo sócio-histórico e desenvolvimento da profissão no Brasil nos mostra que foi sob os ciclos de desenvolvimento brasileiros que o Serviço Social experimentou mudanças substantivas nos campos da formação e da prática e do mercado de trabalho profissional.

Em vista da amplitude da temática — com distintas interpretações e delimitações —, este estudo exigiu uma remissão às singularidades dos ciclos desenvolvimentistas brasileiros. A ideologia desenvolvimentista comporta pressupostos teóricos e ideológicos cujo ponto central é a defesa de que o crescimento econômico possibilita a superação da condição de “subdesenvolvimento” do país, refutando a compreensão dialética do desenvolvimento do capitalismo, desconsiderando que a característica intrínseca desse sistema é a desigualdade entre os países/regiões, constitutiva de sua dinâmica e expansão.

Bielschowky (2010) sublinha que o desenvolvimentismo é um conceito que remete à transformação da sociedade brasileira a partir do projeto de desenvolvimento econômico e social e cuja tese fundamental consiste na defesa da industrialização como via de superação da pobreza, conduzida pelo Estado. Sob este viés, o poder público assume o investimento e a expansão de setores econômicos, uma vez que a iniciativa privada (o mercado) não dá conta da demanda. Consoante o mencionado autor (2010), o Brasil teve os três ciclos ideológicos desenvolvimentistas: o primeiro foi de 1930 a 1964; o segundo, de

1964 a 1980; e o terceiro ciclo, a partir do governo Lula, sinalizado com o Plano Plurianual, com foco no crescimento por distribuição de renda.

Existem dissensos teóricos acerca da efetivação de um ciclo desenvolvimentista nos últimos anos. Estes não se limitam a considerar o anacronismo histórico, pois centram o questionamento nas bases que sustentam o desenvolvimentismo, cujo projeto de crescimento econômico é sedimentado pelo impulso à industrialização, com enfoque nacionalista e intervencionismo estatal. Assim, a crítica central ao surgimento de um novo ciclo de desenvolvimento brasileiro consiste na ausência de crescimento da industrialização, uma vez que, ao contrário, percebe-se um avanço da desindustrialização, revitalização e fortalecimento da economia exportadora, conforme já analisado por Sampaio Jr. (2012), Petras (2013), Gonçalves (2012), Maranhão (2014) e Sitcovsky (2013).

Apesar de considerar essas características, não podemos refutar que, nos primeiros décadas desse século, o Estado acionou um conjunto de diretrizes econômicas e políticas que engendraram um reordenamento da intervenção estatal na área social, cujo foco centrava-se na redução das desigualdades sociais e regionais. Tal conjuntura incidiu na dinâmica econômica e social do país, com destaque para a região Nordeste, como tratado nesta tese. Foi nesse cenário que ocorreu a interiorização do mercado de trabalho profissional do Serviço Social, articulada à implantação das políticas sociais em pequenos e médios municípios brasileiros, com ênfase na esfera estatal municipal.

A partir dessas considerações, destacamos que está presente na ideologia do desenvolvimento o papel do Estado como principal indutor do crescimento, que assume relevância no reordenamento de sua intervenção no social. Todavia, privilegia a dimensão econômica, à qual estão subordinadas as demais dimensões da vida social.

Os ciclos de desenvolvimento⁴ no país — período de que correspondeu aos governos de Getúlio Vargas e de Juscelino Kubitschek; período do regime militar; e as primeiras décadas deste século — repercutem no Serviço Social e têm desdobramentos na profissão, seja no campo da formação, seja no mercado de trabalho. Não é nossa pretensão realizar um mero enquadramento cronológico do desenvolvimento do Serviço Social, uma vez que se entende que a realidade como processo histórico, perpassada por contradições, e em constante movimento, combinando complexas mediações econômicas, políticas e ideoculturais. Todavia, são notórias as mudanças e repercussões no Serviço Social concretizadas nos momentos caracterizados pelos ciclos desenvolvimentistas, mediante as particularidades de desenvolvimento do capitalismo brasileiro e do Estado, redimensionam a

⁴ Conferir a tese de doutoramento de Silva (2013) que aborda os ciclos desenvolvimentistas brasileiros (1930-2010). Ainda sobre o debate, consultar Castelo (2010, 2012, 2013).

intervenção na esfera social, na formatação das políticas sociais e na difusão de dada ideologia. Assim, a dinâmica dos ciclos desenvolvimentistas repercute no Serviço Social, quer na constituição e consolidação do mercado de trabalho profissional, quer na direção da profissão e no campo teórico-metodológico e ideopolítico, configurando a cultura profissional.

2. CICLOS DESENVOLVIMENTISTAS E SERVIÇO SOCIAL

Os primeiros cursos de Serviço Social no Brasil foram criados durante o primeiro ciclo desenvolvimentista. A primeira escola de formação de assistentes sociais nasceu em São Paulo, em 1936⁵, e seu conteúdo doutrinário fundamentou a formação profissional, como afirmam Iamamoto e Carvalho (2006), com nítida ligação do Serviço Social com Igreja, quer do ponto de vista da sua prática, quer do ponto de vista da formação. Assim, é inegável a influência dos quadros vinculados à Ação Católica e ao Centro de Estudos e Ação Social no Serviço Social (CEA). Isso se refletiu na sua organização e direção, amparadas numa tradição conservadora, moldando uma cultura profissional de perfil moralizador. Naquele momento, entende-se que seria função profissional “[...] ‘educar’, ‘ensinar’ e ‘assistir’ aqueles que necessitam, enfatizando uma abordagem individual” (MOLJO; SILVA, 2018, p. 119).

Era um período marcado pelas mudanças na dinâmica econômica e social do país, com o crescimento urbano-industrial, sobretudo no Sudeste brasileiro: o Estado realizou intervenção na esfera social, tornando-se propulsor do mercado de trabalho profissional do Serviço Social mediante a criação de grandes instituições socioassistenciais e de políticas sociais.

Dado amplamente conhecido é que o governo Vargas operou um grande processo de estruturação do aparelho do Estado, como indicado no capítulo anterior. Também foi caracterizado pela expansão e introdução da política social no Brasil. Conforme Behring e Boschetti (2006, p. 106), o Estado social no país guarda o caráter “[...] corporativo e fragmentado, distante da perspectiva de universalização”. Nesse período, além de aprovação das leis trabalhistas, ocorreu a criação das grandes instituições socioassistenciais, marcando a institucionalização da profissão de Serviço Social no país. Destacam-se as seguintes: Legião Brasileira de Assistência (LBA), em 1942; Serviço de

5 Na América Latina, a profissão emerge na década de 1920, com a fundação da primeira escola de formação de assistente social no Chile, em 1925. No estudo sobre a história do Serviço Social na América Latina, Castro (2010) atribui dois elementos axiais que particularizam a constituição do Serviço Social latino-americano, a saber: a doutrina social católica e a ideologia desenvolvimentista.

Assistência ao Menor (SAM), em 1941; Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), em 1942; Serviço Social da Indústria (SESI), em 1946; e Fundação Leão XIII, em 1947

A partir dos anos de 1950, sob o governo de Juscelino Kubitschek, a adoção da ideologia do desenvolvimento de comunidade impôs novas exigências à profissão tanto no que diz respeito à atuação profissional, a partir da inserção em equipes multiprofissionais, quanto no destaque à apreensão das particularidades da realidade brasileira.

A refuncionalização do Estado, com a renovação de seu aparelho tecnocrático, requisita a tecnificação dos agentes profissionais, tornando-os mais eficiente às demandas e à funcionalidade da nova lógica societária. Esta dinâmica influenciou sobremaneira a prática profissional de assistentes sociais. Segundo Castro (2010), o desenvolvimento de comunidade⁶ figurou como técnica e campo de intervenção profissional, desempenhando um importante papel no Serviço Social, quer na conversão do apóstolo em agente de transformação, quer na influência teórica funcionalista e suas implicações ideológicas na profissão.

A participação aparece como questão central no desenvolvimento de comunidade. Na implantação das políticas sociais, a prática mais comum era impulsionar a aceitação e estimular o envolvimento da comunidade na execução dos programas. Assim, enquanto processo técnico e metodológico de ação, o processo educativo é medular no desenvolvimento de comunidade e cuja diretriz pedagógica de participação engloba conscientização, organização e capacitação.

O desenvolvimento de comunidade foi facilmente incorporado à profissão. Nos termos de Castro (2010), os profissionais transitam do apóstolo para o agente de mudança. No Nordeste, o desenvolvimento de comunidade⁷ se expressa com ações junto à população rural, no contexto de adensamento dos conflitos de classes que evidenciam a questão fundiária na região, ao mesmo tempo denunciando a ausência de políticas estatais. É oportuno destacar que foi nesse primeiro ciclo que ocorreu a criação das primeiras escolas de Serviço Social no Nordeste⁸, a partir dos anos 1940. Podemos inferir, portanto, que a

6 É importante destacar que, na região Nordeste, vincula-se estritamente ao desenvolvimento de ações no meio rural. A questão agrária e os conflitos sociais se acirram no final da década de 1950 e início de 1960 na região, como abordamos no capítulo anterior. Naquele período usou-se até a denominação Serviço Social Rural para informar as experiências ou especialidades de atuação na área rural. Maiores detalhes sobre a temática, consultar Souza (1993).

7 Para aprofundar a discussão, consultar: AMMANN, Safira Bezerra. *Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil*. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 1997.

8 Cabe registrar que o primeiro curso de Serviço Social do Nordeste nasceu na Escola de Serviço Social de Pernambuco, no ano de 1938, em Pernambuco, o estado mais desenvolvido da região. Em 1944, foi fundada a Escola de Serviço Social da Bahia (IAMAMOTO, 2018) e, em 1949, do Maranhão. Na década posterior foram criados cursos nos seguintes locais: em 1950, no Ceará, na cidade de Fortaleza; em 1952 e 1957, na Paraíba, em João Pessoa e Campina Grande, respectivamente; em 1954, em Sergipe; e no ano de 1957, em Alagoas, na cidade de Maceió.

criação de cursos de Serviço Social relaciona-se com determinações políticas, sociais e ideoculturais.

Durante o segundo ciclo de desenvolvimento, sob o regime militar, o Serviço Social atravessou mudanças substantivas no que se refere à formação e à prática profissional. Além disso, outras expressões são evidenciadas, como o seu crescimento nas empresas, haja vista a consolidação da industrialização. Como sublinha Netto (2015), sob a autocracia burguesa consolida-se o mercado nacional de trabalho profissional do Serviço Social e a sua inserção na universidade⁹, chancelando o distanciamento das bases confessionais, ou seja, a laicização da profissão. Data deste período, também, o fortalecimento do movimento político-organizativo do Serviço Social.

Se o início da década de 1960 evidenciou o questionamento sobre a funcionalidade da profissão na lógica desenvolvimentista, na superação do subdesenvolvimento do país, a instauração o regime ditatorial militar interrompeu o curso da incorporação da perspectiva progressista e democrática no campo profissional. Esta se relaciona com o quadro político e social do final da década anterior, mormente com a articulação das forças democráticas durante o governo de João Goulart (1961-1964), cuja dinâmica política questionava alguns traços constitutivos de nossa formação: a heteronomia e exploração imperialista e a concentração latifundiária. Criava, portanto, mudanças no plano econômico e social e a possibilidade de construção de nova hegemonia, ao colocar no centro do debate “[...] o desenvolvimento capitalista sem reformas estruturais e a exclusão das massas nos processos de decisões políticas” (BONFIM, 2015, p. 83).

Não obstante, o segundo ciclo desenvolvimentista, sob o regime ditatorial militar, caracterizou o processo de renovação do Serviço Social brasileiro, com alterações substanciais nos seus referências teórico, político, ideológico e cultural — substratos para a construção de nova cultura profissional. Como destaca Paula (2016), a política desenvolvimentista, enquanto macroestratégia social e política, refletiu-se em todos os espaços da vida social, atingindo a categoria ora em estudo, impulsionando mudanças substanciais nos objetivos profissionais, nas estratégias político-profissionais e táticas técnico-operativas, com clara vinculação e orientação a defesa dos interesses históricos da

⁹A ideia da educação como motor de desenvolvimento econômico e social compõe a base ideológica do nacional-desenvolvimentismo, alicerçado pela teoria do capital humano. No contexto desenvolvimentista, entendia-se que a superação da condição “subdesenvolvido” para “desenvolvido” relaciona-se com o progresso técnico, pois, ao gerar emprego, exigia maior qualificação por parte do trabalhador. Conforme Motta (2008, p. 4), no contexto “desenvolvimentista” – ancorado num modelo de desenvolvimento concentrador e associado ao capital internacional, “[...] a educação, enquanto ‘capital humano’, era compreendida como um instrumento de modernização e competitividade, pois podia promover a modernização dos fatores de produção, especialmente pela qualificação da mão-de-obra, e um instrumento de equalização entre países e regiões, bem como entre classes; um recurso básico de mobilidade e equalização social e de justiça social”. A educação podia e devia ser um mecanismo de integração dos indivíduos à vida produtiva.

classe trabalhadora.

Nesse período, o Estado brasileiro passou por uma reorganização sob o comando do grande capital, implicando em profundas mudanças na relação com a sociedade. Esse contexto interferiu diretamente o Serviço Social nos níveis da prática e da formação profissional. A autocracia burguesa investiu na reiteração da prática tradicional da profissão, mas, paradoxalmente, abriu flanco para sua contestação e a busca de ruptura com o conservadorismo no interior da categoria profissional.

Neste cenário de remodelação da profissão, procedeu-se um redimensionamento teórico, político e ideológico do Serviço Social impulsionado pelos processos sociais do final da década de 1970 e início dos 1980, com a organização e mobilização dos(as) trabalhadores(as), a transição democrática e a efervescência dos movimentos sociais. Sedimentam-se, portanto, as bases da construção de uma nova cultura profissional. Esta, construída historicamente, compreende um conjunto de conhecimentos, teorias, princípios, valores e dimensão ideopolítica. Constituída a partir da realidade social, tal cultura torna-se base estruturante da profissão e fomenta os projetos profissionais¹⁰ e suas direções sociais. Como ressalta Guerra (2007b), a cultura profissional exprime a construção coletiva que engloba conhecimentos e saberes técnicos, teóricos e interventivos que são referências para a categoria profissional.

Cabe destacarmos que a cultura profissional renovada está referendada na crítica da ordem capitalista, nas lutas sociais e na defesa democrática. De acordo com Mota e Amaral (2009), essa nova cultura inaugurou o redimensionamento da profissão em favor das classes subalternas. Transita, portanto, de uma cultura profissional com perspectiva tradicional à direção social estratégica, vinculadas à defesa da classe trabalhadora.

O recente ciclo desenvolvimentista adotou um conjunto de medidas econômico-políticas baseadas na intervenção na área social via políticas sociais. Desse modo, permitiu a ampliação do mercado de trabalho profissional, com clara inclinação para a esfera estatal municipal, e desencadeou a expansão do ensino em Serviço Social — com destaque para o ensino privado, especialmente na modalidade à distância.

É no complexo quadro das transformações sociais — com as reconfigurações do Estado, as alterações na esfera do trabalho e os novos formatos das políticas sociais — que situamos a interiorização do mercado de trabalho do(a) assistente social. Nessa perspectiva,

10 No debate sobre projeto profissional, destacamos a argumentação de Netto (2006), que situa os projetos profissionais como projetos coletivos, vinculados às profissões que possuem regulamentação jurídica e formação teórico-metodológica e técnica-interventiva. Os projetos profissionais se articulam com projetos societários, e estes são indissociáveis e vinculados aos antagonismos da dinâmica social. Ou seja, comportam propostas contraditórias de modelos societários e são perpassados por uma dimensão ideopolítica pautada nos valores e concepções teóricas. Tal característica envolve todos os projetos coletivos, inclusive os profissionais.

o mercado se configura como um indicador que nos permite compreender a realidade profissional. Contudo, como postulam Mota e Amaral (2006), isso não implica no desvelamento imediato das conexões de natureza política e ideológica que perpassam as novas exigências postas ao exercício profissional.

A ampliação de postos de trabalho do Serviço Social nas últimas décadas foi foco de pesquisa e produções teóricas sobre a temática. Dentre as produções que abordam tal expansão no Nordeste, destacamos a pesquisa de Santos (2010), que analisa a interiorização e a expansão dos espaços ocupacionais do Serviço Social no Rio Grande do Norte no período de 2004 a 2008, apontando que esse processo é determinado, em grande medida, pela descentralização das políticas sociais, especialmente pela criação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

O estudo revela que o crescimento do mercado de trabalho é marcado por flexibilização e precarização dos vínculos trabalhistas; baixa remuneração dos profissionais; concentração de atividades para um só profissional; e baixa qualidade de empregos, localizados em municípios pequenos e distantes da capital, o que vem levando a uma rotatividade de profissionais. A autora defende que as condições e relações de trabalho às quais estão submetidos(as) os(as) assistentes sociais, aliadas às mediações da realidade local — como a cultura política e as demandas por assistência social —, afetam as competências profissionais e a direção estratégica da profissão. Portanto, a partir das reflexões e pesquisas realizadas no âmbito do Serviço Social, objetivamos aprofundar o estudo sobre a dimensão da prática profissional no contexto de interiorização, por tratar-se de uma questão que ganha cada vez mais relevância na atualidade.

Ressalta-se ainda a pesquisa sobre a interiorização do mercado de trabalho e o processo de descentralização das políticas públicas em Alagoas, em que Prêdes e Pereira (2005), além da constatação das precárias relações e condições de trabalho, ressaltaram algumas atividades atribuídas às(aos) assistentes sociais nos municípios do interior, especialmente: encaminhar; orientar indivíduos e grupos; coordenar e elaborar planos, programas e projetos; e participar de conselhos de direitos.

A partir da pesquisa de editais de concurso públicos no Nordeste, entre o período de novembro de 2007 a março de 2008, Borges, Pinto e Silva (2008) ilustram o crescimento do setor municipal. Verificaram que 91,4% dos concursos foram lançados por prefeituras municipais; 5,2%, por governos ou empresas estaduais; e 3,4%, pela administração federal. Os concursos são em municípios de pequeno porte¹¹, 37,9% apresentando menos de 20 mil

11 Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2017), no Brasil existem 5.570 municípios. A classificação de porte dos municípios ocorre pelo número de habitantes, diferenciando-se em pequeno, médio, grande porte e metrópole.

habitantes; 63,8%, menos de 50 mil; e apenas 15,5% com mais de 100 mil habitantes. Os baixos salários marcam o processo de interiorização do mercado de trabalho.

Considerando esse processo é que situamos o movimento articulado da ampliação do mercado de trabalho e da expansão de cursos de Serviço Social, com crescimento do contingente de assistentes sociais. Com o recrudescimento do mercado de trabalho, foi impulsionado o aumento do contingente profissional e, ainda, a procura pela formação profissional nesta área. Rodrigues (2012) salienta que, em novembro de 1998, o contingente profissional era de 57 mil profissionais. No intervalo de uma década, conforme o Conselho Federal do Serviço Social (CFESS, 2017), no ano de 2008, havia 82.265¹² profissionais inscritos/ativos nos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), correspondendo a um aumento de 44,32%. Até julho/agosto de 2018¹³, o CFESS possuía um total de 184.577 profissionais de Serviço Social, dado que expressa o crescimento exponencial de assistentes sociais em uma década (com 102.312 profissionais), com um aumento percentual de 124,37%.

A implantação de diversos programas e serviços nas políticas de saúde, habitação, educação e, sobretudo, na assistência social no âmbito municipal demanda a profissionalização na área de Serviço Social. Conforme Coral (2016), uma das particularidades da interiorização do ensino superior e das determinações constitutivas da formação profissional nesta área relaciona-se às necessidades do mercado de trabalho local/regional, prioritariamente, vinculada à execução de políticas sociais nos municípios. É, pois, nesta conjuntura que cresce a demanda pela formação profissional em Serviço Social.

Tal quadro contribui para a abertura de vários cursos, mormente na esfera privada e na modalidade da Educação a Distância (EAD), respaldada pela Política Nacional de Educação. Segundo os dados da Sinopse Estatística da Educação Superior de 2016 (BRASIL, 2017), existem, no país, 407¹⁴ cursos presenciais em Serviço Social e 28 cursos à

São considerados municípios de pequeno porte 1 aquele com até 20 mil habitantes; pequeno porte 2 os que possuem de 20.001 a 50.000 habitantes; médio porte, de 50.001 até 100.000 habitantes; e os de grande porte, de 100.001 até 900.000 habitantes. Acima desse número, considera-se o município como metrópole. Conforme dados do IBGE, em 2017, apenas 5,6% dos municípios (310), que são aqueles com mais de 100 mil habitantes, comportam pouco mais da metade da população brasileira (56,5% ou 117,2 milhões de habitantes). A maior parte dos municípios brasileiros é de pequeno porte 1 (68,3%), os quais abrigam apenas 15,5% da população do país (32,2 milhões de habitantes).

12Os 82.265 profissionais inscritos/as ativos/as estavam distribuídos da seguinte maneira por região: Sudeste, 41.000 (49,84%); Nordeste, 17.963 (21,83%); Sul, 11.835 (14,39%); Norte, 6.508 (7,91%); e Centro-Oeste, 4.959 (6,03%).

13Segundo Relatório Final do 47º Encontro Nacional CFESS-CRESS (2018), havia 184.577 profissionais inscritos/as ativo(as), distribuídos : Sudeste, 73.047 (39,58%); Nordeste, 55.838 (30,25%); Sul, 21.427 (11,61%); Norte, 20.307 (11%); e Centro-Oeste, 13.958 (7,56%).

14São 407 cursos presenciais, sendo 41 em instituições federais, 22 estaduais, 9 municipais e 335 privadas. Desse total, 155 são ofertados em universidades, 70 em centros universitários, 181 em faculdades e 1 em Instituto Federal de Educação e Tecnologia (IF).

distância¹⁵. Desse total, 13.877¹⁶ estudantes concluíram em curso presencial e 15.526¹⁷ em EAD.

Medeiros (2016) afirma que a massificação da formação é um fenômeno da interiorização do ensino superior e contribui para ampliar os profissionais na realidade local/regional. De acordo com a autora, a expansão e a interiorização do ensino superior se inserem na pauta de desenvolvimento e crescimento econômico dos estados e municípios de países periféricos, pois se apresentaria como possibilidade de ascensão e mobilidade social a partir do ingresso no mercado de trabalho, de jovens sem ou com poucas perspectivas quanto ao futuro.

Compreendemos que a formação profissional articula perspectivas teórico-metodológicas, éticas e ideopolíticas. Portanto, as distintas modalidades de ensino, com diferenciadas concepções e perspectivas de formação profissional, aliadas às condições socioeconômicas e ideopolíticas dos sujeitos que ingressam no Serviço Social, podem contribuir para a constituição de um novo perfil profissional.

Além dessas reflexões teóricas e histórico-políticas que nos aproxima do objeto de estudo, as motivações da construção da tese decorreu do interesse de problematizar o trabalho profissional de assistente social em municípios de pequeno e médio porte, tendo em vista a minha atuação profissional docente, constantemente, deparar-se com questões que remetem à prática profissional. De modo particular, a partir do acompanhamento da supervisão de estágio obrigatório do curso de Serviço Social foi possível observar a tendência da contratação de profissionais para atuarem nas diversas políticas setoriais, cuja formação graduada foi realizada em instituições de ensino fruto da expansão do ensino superior e, em sua maioria, localizadas nas cidades do interior do próprio estado.

O que chamamos a atenção é que os governos petistas trouxeram repercussões significativas para as políticas sociais e profissões que nelas atuam. No caso do Serviço Social impactou sobremaneira, de um lado, no âmbito da formação profissional, em face da política de expansão do ensino superior, com a tendência à mercantilização e à flexibilização, inclusive na oferta da modalidade a distância, podendo comprometer com um perfil profissional crítico e com apreensão dos processos sociais que a prática profissional; do outro lado, a expansão do mercado de trabalho profissional a partir da ampliação das

15São 28 cursos a distância, sendo 18 ofertados por universidades (1 estadual e 17 privadas) e 10 por centros universitários (todas essas instituições são privadas).

16Desse total, 2.016 concluíram em instituições de ensino federais (sendo 2.004 em universidades e 12 em IF), 549 em estaduais (universidades), 133 em municipais (em universidades, 44; em centros universitários, 22; em faculdades, 67). Já nas instituições privadas, concluíram 11.179 (sendo 3.399 em universidades; 2.238 em centros universitários e 5.542 em faculdades).

17Do total de concluintes, 114.327 são de universidades (147 na esfera estadual e 14.180 na esfera privada), e 1.199 são de Centros Universitários (todos da esfera privada).

políticas sociais. Estas com novas formatações, além da forma que as políticas sociais são estruturadas e funcionam nos serviços nos pequenos e médios municípios, incidem diretamente no cotidiano profissional do(a) assistente social. É justamente no campo das políticas sociais que se insere assistentes sociais, e as alterações na ampliação ou redução do Estado nesse campo, impactam no trabalho profissional das(os) assistentes sociais.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No estudo, situamos o Serviço Social na realidade brasileira, considerando as mudanças historicamente determinadas que incidiram sobre a cultura profissional, a formação e o mercado trabalho. Entendendo, portanto, essa relação entre realidade e profissão, entre as formas de intervenção do Estado nas expressões da “questão social” e o Serviço Social.

Pensamos, então, o Serviço Social como profissão assalariada que se insere no âmbito das relações de reprodução social na sociedade capitalista e cuja prática profissional incide sobre o comportamento dos indivíduos por meio de ações educativas e, ainda, politicamente, isto é, no campo da defesa e luta por direitos. Ciente das implicações teóricas da apropriação do uso de categorias, adotar o conceito de prática profissional não equivale reduzir a uma dimensão meramente instrumental, mas apreendê-la como atividade consciente indissociável das dimensões teóricas, éticas, políticas que orientam os sujeitos profissionais.

Ressaltamos que, no Brasil, do início da profissão até meados dos anos 1960 tinha-se uma convergência entre os objetivos reformista-conservadores do Estado, da burguesia dominante e da Igreja no trato da “questão social”, os quais foram questionados com o processo de renovação da profissão, que se tornou mais saliente a partir de meados de 1970. Esse processo redundou numa renovação do Serviço Social, com nítidas fronteiras entre os segmentos profissionais modernizantes e os que buscam a uma ruptura com o conservadorismo.

Podemos inferir, a partir da literatura do Serviço Social, sobre o seu desenvolvimento sócio-histórico, além dessa investigação, que foi sob os ciclos de desenvolvimento brasileiros que a profissão passou por mudanças substantivas tanto na formação como na

prática e no mercado de trabalho profissional. Com efeito, a forma de intervenção do Estado orientada para a área social impulsiona a ampliação das políticas sociais. Esse é um fator importante, uma vez que há uma relação visceral entre o Serviço Social e a política social. Assim, a profissão é compreendida no contexto das relações sociais capitalistas, cujas alterações no regime de acumulação e da regulação do Estado social incidem sobre o trabalho profissional dos(as) assistentes sociais.

Desse modo, as transformações na dinâmica capitalista e, claro, no reordenamento do Estado e nas políticas sociais incidem historicamente sobre a profissão, conformando uma cultura profissional específica, a qual expressa um conjunto de conhecimentos teóricos, ideopolíticos, valores e princípios que referenciam a profissão.

REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine Rossetti, BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2006.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora Contraponto. 2000.

BONFIM, Paula. **Conservadorismo moral e Serviço Social: a particularidade da formação moral brasileira e a sua influência no cotidiano de trabalho dos assistentes sociais**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

BORGES, Angela Maria Carvalho; PINTO, Jerusa. S.; SILVA, Jamile S. Mercado de trabalho dos assistentes sociais no Nordeste: o que revelam os editais de concursos públicos. In: Anais do XI Encontro Nacional de Pesquisadoras(es) em Serviço Social (ENPESS) – Mesas Temáticas Coordenadas. São Luís: ABEPSS, 2008.

CASTELO, Rodrigo. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. **Revista Serviço Social e Sociedade**. n. 112. São Paulo: Cortez, 2012. p. 613 a 636.

CASTELO, Rodrigo. O novo-desenvolvimentismo e a decadência ideológica do estruturalismo latino-americano. In: CASTELO, Rodrigo (org.). **Encruzilhadas da América Latina no século XXI**. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010. p. 191-211.

CASTELO, Rodrigo. **O social-liberalismo: auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

CASTRO, Manuel Manrique. **História do Serviço Social na América Latina**. 11ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Dados sobre profissionais inscritos/as e ativos/as no período de 2008-2016. Brasília: CFESS, 20017.

CORAL, Marinês. As contradições e tendências do processo de expansão e interiorização da Universidade Federal de Alagoas e seus rebatimentos no curso de Serviço Social de Palmeira dos Índios. Tese de Doutorado em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2016.

GONÇALVES, Reinaldo. Novo desenvolvimentismo e liberalismo enraizado. **Revista Serviço Social e Sociedade**, nº 112. São Paulo: Cortez. 2012. p. 637 a 671.

GUERRA, Yolanda. Instrumentalidade do processo de trabalho e Serviço Social. **Revista Serviço Social e Sociedade**. n 62. São Paulo: Cortez. 2000. p. 05 a 34.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Serviço Social, “questão social” e trabalho em tempo de capital fetiche. In: RAICHELIS, Raquel; VICENTE, Damares; ALBUQUERQUE, Valéria. **A nova morfologia do trabalho no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018. p. 66 a 87.

MARANHÃO, César Henrique. A ideologia neodesenvolvimentista e as políticas sociais no Brasil: apontamentos sobre a crise e hegemonia periférica do capitalismo. **Revista Conexão Geraes**. v. 3, n 5. Belo Horizonte: CRESS 6ª Região, 2014. p. 15 24.

MEDEIROS, Milena Gomes de. Determinantes da expansão privada dos cursos de Serviço Social no Rio Grande do Norte nos anos 2000 e o perfil de seus alunos. Tese Doutorado em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2016.

MOLJO, Carina Berta; SLVA, José Fernando Siqueira da. Cultura profissional e tendências teóricas atuais: o Serviço Social brasileiro em debate. In: GUERRA, Yolanda *et al.* **Serviço Social e seus fundamentos**: conhecimento e crítica. Campinas: Papel Social, 2018. p.115-148.

MOTA, Ana Elizabete. **Cultura da crise e seguridade social**: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MOTA, Ana Elizabete. Serviço Social brasileiro: profissão e área de conhecimento. **Revista Katálysis**. v.16. Florianópolis, 2013. p. 17-27. Disponível em: [Ⓜ]<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/S1414-49802013000300003/24855>[Ⓜ]. Acesso em: 07.out.2014.

MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Angela Santana do. A reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e Serviço Social. In: MOTA, Ana Elizabete (org). **A nova fábrica de consensos**: ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao Serviço Social. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

NETTO, José Paulo. A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: BRAVO, Maria Inês de Souza; MOTA, Ana Elizabete *et al.* (org.). **Serviço Social e Saúde**: Formação e Trabalho Profissional. São Paulo: Cortez, 2006.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. Cortez: São Paulo, 2001.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social pós-64. 17ª

ed. São Paulo: Cortez, 2015.

PAULA, Luciana Gonçalves Pereira. **Estratégias e táticas**: reflexões no campo do Serviço Social. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2016.

PETRAS, Jaime. Brasil: capitalismo extrativo e o grande retrocesso. **Revista Praia Vermelha**, v. 23, n. 1. Rio de Janeiro, 2013. p. 11-31.

PRÉDES, Rosa; PEREIRA, Sarah Bernardo. O mercado de trabalho do Serviço Social no interior de Alagoas e o processo de descentralização das políticas públicas. Anais da II Jornada Internacional de Políticas Públicas – JOINPP. São Luís, 2005. Disponível em: [*http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppII/pagina_PGPP/Trabalhos2/Rosa_Predes_Sarah_Bernardo174.pdf*](http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppII/pagina_PGPP/Trabalhos2/Rosa_Predes_Sarah_Bernardo174.pdf). Acesso em: 10.ago.2019.

RODRIGUES, Mavi. O exercício profissional 30 anos depois do Congresso da Virada. **Revista Praia Vermelha**. v. 21, n. 2. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012. p. 51-68.

SAMPAIO JUNIOR, Plínio de Arruda. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 112. São Paulo: Cortez, 2012. p. 672-688.

SILVA, Leandro Ribeiro. Os ciclos desenvolvimentistas brasileiros (1930-2010): do nacional desenvolvimentismo ao novo desenvolvimentismo. Tese (doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP: 2013. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/281039>>. Acesso em: 10. fev. 2019.

SITCOVSKY, Marcelo. Dez anos de governo do Partido dos Trabalhadores: pós-neoliberalismo, neodesenvolvimentismo, transferência de renda e hegemonia. **Revista Praia Vermelha**. v. 23, n. 1. Rio de Janeiro, 2013. p. 117-139.

,